REFERÊNCIAS

1. Bauer, M.W; Gaskel, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
2. Boschilia, B.; Vlaustin, J. e Marchi Jr. Implicações da espetacularização do esporte na atuação dos árbitros no futebol. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 30, n. 1, p. 57-73, set. 2008. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/191/198>. Acesso em: 23 de Janeiro de 2013.
3. Damatta, R. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 1, 4, p. 54-60, nov. 82. Futebol: Ópio do povo ou drama de justiça social? São Paulo. 1982.
4. Da Silva, A.I; Frausino, N.M.S. Análise dos comentários da imprensa em relação ao árbitro de futebol. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 10, N° 84, Mayo de 2005. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd84/arbitro.htm>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2012.
5. Giulianotti, R. Sociologia do futebol: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
6. Helal, R; Soares, A.J.; e Lovisolo, H. A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
7. Murad, M. A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
8. Orlandi, E. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes. 6ª Edição. 2005.
9. Santos, R. F. Futebol e violência: tendências das pesquisas. Revista de Trabalhos Acadêmicos, América do Norte, 1, set. 2010. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=view&path%5B%5D=261&path%5B%5D=145>. Acesso em: 13 de Julho de 2013.

AUTORAS:

Francy Rodrigues Silva ¹

Neiza de L. F. Fumes ¹

¹ Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Parcerias para a Educação Física inclusiva

5489

PALAVRAS CHAVE:

Educação inclusiva. Educação Física.

Atendimento educacional especializado.

RESUMO

A educação inclusiva é um processo em construção, que se sustenta na compreensão de que a educação é um direito de todos e, no Brasil, o atendimento educacional especializado é um dos serviços disponíveis para apoiar a inclusão escolar de alunos público alvo da educação especial. A Educação Física escolar, disciplina curricular, não pode ficar indiferente face deste movimento. Nesta pesquisa objetivamos analisar a possibilidade de diálogo entre o professor de Educação Física escolar e a professora do atendimento educacional especializado para a promoção da inclusão de alunos com deficiência. A pesquisa possui natureza qualitativa, utilizamos para coleta dos dados: entrevista semiestruturada, diário de campo e a análise documental. Participaram do estudo a professora do atendimento educacional especializado e o professor de Educação Física em uma escola da rede pública de Maceió/ AL, que tinha em sua turma alunos em situação de inclusão. Na análise dos dados, percebemos que ambos acreditavam na educação inclusiva, fator positivo para norteamento das atividades escolares. Destacamos que para efetivação da inclusão nas aulas de Educação Física escolar, as atitudes destes profissionais não podem ser associadas somente a área de concentração, mas a diferentes fatores e recursos disponíveis na escola, dentre eles, o atendimento educacional especializado.

Correspondência: Francy Rodrigues Silva. Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió/ AL, Brasil.

Partnerships for inclusive Physical Education

ABSTRACT

The Inclusive Education is an ongoing process, which relies on the understanding that education is a right for all and, in Brazil the Specialized Educational Services is one of the services available to support the inclusion of public school students of Special Education. The Physical Education in the school, which it can not be indifferent to this movement. We aimed to examine the possibility of dialogue between teacher and the Physical Education teacher at Specialized Educational Service in function of Inclusive Education. The research has a qualitative nature and used for data collection to semi-structured interviews, the field diary and documentary analysis. A teacher of specialized education and a physical education teacher of a public school of Maceió / AL took part of the research. Both of them taught to pupils in situation of inclusion. The data analysis revealed that they believed in inclusive education and this is a positive factor for the guidance of school activities. We also highlighted that for effective inclusion in Physical Education classes, the attitudes of these professionals could not be associated only to the area of concentration, but to different factors and available resources in the school, among them the Specialized Educational Services.

KEY WORDS:

Inclusive education. Physical Education.

Specialized educational services.

INTRODUÇÃO

O paradigma da Educação Inclusiva é um processo em construção, que se sustenta na compreensão de que a Educação é um direito de todos. Implica em trabalhar com a diversidade de forma interativa, direcionada para o acolhimento, aceitação, esforço coletivo e equiparação de oportunidades. Vale ressaltar que com a Educação Inclusiva a escola procura responder, de forma apropriada e com alta qualidade as diferenças dos alunos ^(5,12). Nesse sentido:

A Educação Inclusiva é prática de inclusão de todos os alunos independente de suas deficiências em escolas e salas de aula adequadas de modo que haja o aprendizado do conteúdo acadêmico por eles. O desafio desse ensino é desenvolver uma pedagogia centrada na criança capaz de educar a todo e qualquer aluno no ensino regular independentemente de suas condições físicas ou origem social e cultural com sucesso (p.2) ⁽⁶⁾.

Publicado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais ao reafirmar essa opção e definir diretrizes para a construção de políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. Essa Política tem por objetivo:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (p.14) ⁽²⁾.

Os dispositivos legais existentes permitem pensar na possibilidade de, por intermédio das políticas públicas de Educação, viabilizar a organização das escolas públicas, na perspectiva da Educação Inclusiva.

O Atendimento Educacional Especializado é uma das propostas para auxiliar na inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial, sendo prescrito pela Constituição Federal de 1988 ⁽¹⁾, reassegurado pela LDBEN/1996 ⁽⁴⁾ e regulamentado pelo decreto nº 7.611/2011 ⁽⁵⁾, substitutivo do nº 6.571/2008. É definido como um conjunto de atividades,

recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular ⁽⁵⁾, que deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum.

Com a inclusão escolar, os professores precisam estar à procura de estratégias de ensino que possam contribuir no maior envolvimento e participação dos alunos público-alvo da Educação Especial nas aulas. Acreditamos que quanto mais diversificados forem os métodos de ensino, considerando às diferenças de ritmo e estilos de aprendizagem dos alunos, menores serão as barreiras de aprendizagem. Visto que a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial não é uma tarefa fácil.

A Educação Física na escola não pode e não deve se esquivar destas discussões e muito menos deixar de ter um papel relevante neste processo. Em termos de função social, a Educação Física escolar pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento global do aluno e na aquisição da cultura corporal de movimento de um país. Todavia, a história da Educação Física também é contagiada de exemplos de segregação. Por um longo período, a prática corporal na escola foi apenas um meio de disciplinar os corpos, através do uso das técnicas de movimento, reduzindo as práticas corporais em atividades mecânicas e estereotipadas, sustentada por uma visão técnica de movimento corporal e dualista do ser humano.

Os modelos higienista e militarista foram fortes influenciadores da prática da Educação Física no decorrer da história. No primeiro, a concepção de Educação Física estava calcada na perspectiva dos hábitos de higiene e saúde, como preocupação central, valorizando o desenvolvimento do físico e da moral, a partir do exercício. No segundo modelo, os objetivos da prática da Educação Física na escola estavam vinculados à formação de uma geração capaz de suportar o combate, a luta na guerra ⁽⁹⁾. Nas duas concepções, higienista e militarista, percebemos a forte influência na prática atual, no que diz respeito à pessoa com deficiência, pois ambas vislumbrava os indivíduos “saudáveis”, “perfeitos” fisicamente e os que não correspondiam às expectativas eram excluídos. Vale ressaltar que ambas as concepções consideravam a Educação Física apenas como essencialmente prática.

Colocar em prática a perspectiva da Educação Inclusiva é uma tarefa árdua, principalmente quando se trata da Educação Física pelo seu histórico de exclusão e marginalização com menos habilidosos, meninas e pessoas com deficiência, inclusive na atualidade com a ditadura midiática, voltada para estética e corpos perfeitos ⁽¹⁶⁾.

Rodrigues ⁽¹⁴⁾ alerta para o fato de aparentemente a Educação Física ser uma área curricular mais facilmente inclusiva, devido à flexibilidade dos conteúdos ministrados, pois apresentam um grau de determinação e rigidez menor do que em outras disciplinas. Além do mais, o professor dispõe de uma maior liberdade para organizar os conteúdos que pretende sejam vivenciados ou aprendidos no decorrer das aulas. Desta forma, pode-se configurar como uma disciplina com uma maior facilidade de diferenciação curricular. Contudo,

o autor ponderou que as aparências podem enganar e as atitudes dos professores de Educação Física são mais ou menos positivas dos professores face da inclusão de alunos com deficiência, não havendo uma unicidade de atitudes.

Assim, essa pesquisa analisou a possibilidade de diálogo entre o professor de Educação Física Escolar e a professora do Atendimento Educacional Especializado para a promoção da inclusão de alunos com deficiência.

MATERIAL E MÉTODOS

Para refletir sobre a prática docente e a possibilidade de diálogo entre dois professores de diferentes áreas de conhecimento, o caminho metodológico traçado levou em considerações as características de uma pesquisa qualitativa, que busca questões muito particulares, em virtude de que este tipo de investigação está interessado na perspectiva da construção social dos participantes acerca de suas práticas cotidianas relativo à questão da pesquisa ^(10, 12).

Em função dos objetivos da pesquisa utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com professores, a partir de um roteiro, composto por questões abertas, que podiam ser respondidas com base no conhecimento que o entrevistado possuía imediatamente à mão ⁽¹⁰⁾. Esta entrevista teve como característica perguntas elaboradas de modo a gerar possibilidades de diversas respostas. A análise documental foi mais uma das técnicas utilizada para a coleta de dados, sendo analisado o Projeto Político Pedagógico da escola e os relatórios individuais dos alunos disponibilizados pela professora do Atendimento Educacional Especializado. Embora esses documentos não tenham sido produzidos para fins de pesquisa, eles e as informações neles contidas foram utilizados para a pesquisa. Para completar os dados da coleta, documentamos em diário de campo, conversas com os profissionais e observações nos espaços coletivos da escola, o momento do recreio e lanche das crianças.

Para a seleção da escola e definição dos(as) participantes foi feito, inicialmente, uma visita a Secretaria Municipal de Educação de Maceió/AL (SEMED), com intuito de fazer um mapeamento das escolas e dos(as) professores que lecionavam em Salas de Recursos Multifuncionais. Para a seleção dos participantes levamos em consideração os critérios, intencionais, previamente estipulados: receptividade da comunidade educativa da escola, disponibilidade e interesse dos professores em participar do estudo. Desta forma, contamos com a participação de uma professora do Atendimento Educacional Especializado e um professor de Educação Física.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, com o número do parecer 193.587. Esta envolve apenas os(as) participantes que manifestaram livremente o seu consentimento, após terem sido feito todos os

esclarecimentos em relação aos objetivos, riscos, garantia de anonimato, forma de participação, entre outros aspectos, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para análise dos dados iniciamos com a leitura minuciosa de todos os dados e através da análise de conteúdo organizamos por categoria a partir dos recortes das falas. Uma das características essenciais dessa técnica é a utilização de categorias, que de um modo particular, tende a valorizar o material a ser analisado, principalmente por esta análise poder fazer contextualização com os fatos sociais e históricos nos quais foram produzidos ⁽¹¹⁾. Buscamos desenvolver um esquema de análise que garantisse a descrição clara e objetiva do ponto de vista dos professores e desenvolvimento da prática pedagógica em específico nas aulas de Educação Física Escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos os resultados alcançados na pesquisa, que tratam: I. Conhecendo os participantes e a escola da pesquisa, II. A parceria entre a Educação Física Escolar e o Atendimento Educacional Especializado na visão dos professores envolvidos.

CONHECENDO OS PARTICIPANTES E A ESCOLA DA PESQUISA

A escola da pesquisa faz parte da rede pública de ensino fundamental de Maceió-AL, que trabalhava com as modalidades de ensino 1º ao 5º ano e EJA, nos três turnos (matutino, vespertino e noturno). Situava-se entre lojas, supermercados, farmácias, padarias, açougues, avícolas e uma feira livre, permanente, de segunda a segunda-feira. A comunidade local estava inserida nesse contexto comercial e muitos alunos pertenciam às famílias de feirantes e/ou estavam trabalhando nesse centro.

A escola era composta por 07 salas de aula, 01 Sala de Recurso Multifuncional, Secretaria, Sala de professores, Diretoria, Biblioteca e sala de leitura, Cozinha, Banheiros (04 banheiros) e Coordenadoria Pedagógica. Sobre as condições físicas: mobiliário e equipamentos, identificamos a referida escola como construção de alvenaria com portas de madeira e janelões de basculante para ventilação das salas. Suas dependências estavam em estrutura térrea, com as salas de aula amplas e arejadas. A biblioteca apresentava-se um acervo com mais 736 exemplares, sendo livros técnicos, pesquisas, livros didáticos e paradidáticos (literatura infantil), jornais e revistas. Esses exemplares eram usados por: professores, alunos e funcionários. Vale destacar que as aulas de Educação Física aconteciam no pátio da escola, que ficava próximo ao portão principal da escola e em frente à cozinha e ao depósito de materiais de limpeza.

A realidade funcional de professores e suporte pedagógico da Escola funciona atualmente ocupando os cargos e funções de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos num total de 19 professores e 05 suportes pedagógicos. O quadro

docente se apresenta com 19 professores em sala de aula, na sua maioria com carga de trabalho de 25 horas semanais. A formação acadêmica dos professores apresenta-se também, em sua maioria, de nível superior, com graduação em licenciatura plena e pós-graduação. Quanto ao ingresso na rede de ensino, todos os professores ingressaram através de concurso público.

Observamos no Projeto Político Pedagógico da escola que a matrícula de alunos público alvo da Educação Especial configurava-se como um problema nos indicadores de prioridades e como linha de ação estava o encaminhamento de relação à Secretaria Municipal de Educação para tomada de decisão e acompanhamento psicológico e clínico. Em relação ao Atendimento Educacional Especializado, no documento encontrava-se que “será oferecido aos alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, compreendida, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”.

Em relação à professora do Atendimento Educacional Especializado, ela tinha 42 anos, era formada havia 20 anos em Letras e posteriormente em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas, possuía duas especializações, uma em Tecnologia Assistivas e outra Educação Especial, ambas cursadas na modalidade Educação a Distância e oferecidas pelo Ministério de Educação. Atuava com alunos com deficiência havia 10 anos e estava escola da pesquisa havia 5 anos.

O professor de Educação Física tinha formação nessa área específica, pela Universidade Federal, em 1988, possuía especialização em Educação Física Especial, área de concentração deficiência física, pela Universidade Federal de Uberlândia, em 1992. Atuava na rede estadual de Alagoas havia dez anos na escola da pesquisa.

PARCERIA ENTRE O PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Educação na perspectiva inclusiva, em um sentido mais amplo, é a prática da inclusão de todos, independente de suas particularidades, na rede regular de ensino em todos os níveis e modalidades. Desta forma, este processo vem sendo discutido diante da necessidade do estreitamento entre a Educação Especial e a Educação Regular para atender à diversidade presente nas salas de aulas, em virtude da ampliação do acesso de crianças com deficiências ⁽⁶⁾.

Para conseguir realizar o ensino na perspectiva inclusiva, os professores em geral e especializados, bem como os recursos, devem aliar-se em um esforço unificado e consistente. Desta forma, há três componentes práticos interdependentes para a efetivação desse ensino: a rede de apoio, que envolve a coordenação de equipes e de indivíduos que apoiam uns aos outros através de conexões formais e informais; a consulta colaborativa e o trabalho em equipe, que envolve indivíduos de diferentes especialidades trabalhando em conjunto; e a aprendizagem cooperativa ⁽¹⁷⁾.

Dentre os componentes necessários para nortear ações inclusivas na escola, destacamos o trabalho em equipe, mas especificamente, a parceria entre professores de diferentes especialidades em favor de um objetivo comum. Vale ressaltar que uma parceria com colaboração efetiva não é fácil e nem rapidamente alcançada. Inicialmente parece necessária muita troca de ideias, negociação das opiniões contrárias para resolução de problemas, uma vez que alguns conflitos são inevitáveis ⁽⁸⁾. Isto se deve ao fato que uma das mudanças mais desafiadoras para os profissionais na perspectiva da colaboração, é deixar de exercer um papel que foi tradicionalmente exercido individualmente e passar para uma atuação que visa compartilhar metas, decisões, responsabilidade e avaliação da aprendizagem. Para tanto, a parceria entre profissionais da escola se configura como estratégia dinâmica para promover o desenvolvimento profissional e pessoal dos educandos.

Considerando este ponto de partida, procuramos compreender a visão dos professores envolvidos na pesquisa sobre a Educação Inclusiva. Os fragmentos a seguir mostram isto:

Promover a inclusão do aluno na sala de aula regular, resgatar a autoestima e proporcionar para que ele supere as dificuldades dele e tenha um desenvolvimento maior em sala de aula (Professora do Atendimento Educacional Especializado).

No recorte da entrevista da professora do Atendimento Educacional Especializado foi possível perceber que ela compreende a inclusão como associada a uma questão de oportunidade e direcionou seus argumentos para a sala de aula.

Para o professor de Educação Física, a Educação Inclusiva:

Não se detém apenas as pessoas portadoras de deficiências, significa trabalhar e modo geral a inclusão daquelas pessoas que ficaram a margem do processo [...] a inclusão para mim vai além das deficiências que esses meus alunos apresentam (Professor de Educação Física).

No posicionamento do professor de Educação Física, pôde-se constatar que suas ideias sobre a inclusão condiz com a perspectiva da Educação Inclusiva, que não se restringe ao atendimento às pessoas com deficiências, ao afirmar que o direito à educação remete a permanência com êxito de alunos antes excluídos do processo de ensino formal de escolarização.

De uma forma geral, compreendemos a preocupação dos professores, no sentido de entender a Educação Inclusiva não como mera inserção física, pois efetivamente esses alunos devem alcançar um nível de desenvolvimento de acordo com suas necessidades e com seu potencial, e para isso, precisam ser estimulados.

O trabalho de professores do Atendimento Educacional Especializado é caracterizado pelo atendimento aos alunos com diferentes deficiências na sala de recursos multifuncional. A responsabilidade e a grandeza dessa tarefa são desafiadoras porque exigem rupturas

com concepções e práticas históricas, conhecimentos e saberes de diferentes naturezas, bem como um trabalho compartilhado entre os segmentos da comunidade escolar, com forte apoio dos professores do ensino regular ⁽¹⁵⁾.

Na legislação vigente, dentre as demandas para atuar na sala de recursos multifuncionais, a orientação é para o estabelecimento de parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e, além disso, deve-se estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares ⁽³⁾.

Tendo isto em mente, indagamos aos professores-participantes sobre as possibilidades e a relação no trabalho de ambos neste processo de Educação Inclusiva. Segundo a professora do Atendimento Educacional Especializado, existem conversas informais com o professor de Educação Física, no entanto, por conta do(da falta) tempo, não é possível planejar ou direcionar atividades específicas. A professora deixou claro sua boa relação de trabalho com o professor de Educação Física que, sempre se mostra preocupado e disponível para melhoria das intervenções.

O professor de Educação Física relatou que, além das conversas informais, também procura a professora do Atendimento Educacional Especializado, quando percebe algum fator diferente em seu aluno. Vejamos o recorte que se segue:

O que eu noto aqui é o seguinte, não é que a gente não trabalhe em sintonia, mas há uma inversão, uma inversão no sentido de mais eu procurar saber ao detectar na minha aula algum aluno com alguma deficiência, com algum distúrbio, com algum comportamento estranho, eu tenho que ir na sala de recurso indagar (Professor de Educação Física).

De modo geral, nas transcrições das entrevistas dos professores não identificamos formas efetivas de parceria, uma vez que para a eficácia desta seria necessário o constante diálogo entre os professores envolvidos. Para tanto, tal fato não se torna viável diante das condições reais do contexto escolar:

Há que repensar como efetivar de forma eficaz esta parceria, uma vez que tanto o domínio de conteúdos pelos professores do ensino regular, quanto o domínio de estratégias de ensino dos professores especialistas não tem conseguido garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem de todos os nossos alunos com ou sem deficiência ^(8, p.92).

É necessário admitir que para a efetivação da Educação inclusiva é imprescindível a participação de todos os representantes da comunidade escolar. Assim, parece claro que os sistemas educacionais deveriam planejar um processo de ensino colaborativo, assegurando todos os recursos disponíveis, inclusive tempo, dinheiro e apoio profissional ⁽⁸⁾.

Contudo, de forma positiva, mesmo com as dificuldades indicadas pelos professores, podemos verificar que acreditam na Educação Inclusiva e que de alguma forma, na escola iniciam uma tentativa de diálogo, parceria entre os dois campos de saberes em função dos alunos público alvo da Educação Especial. Afirmaram, ainda, que não é uma tarefa fácil, pois além da pré-disposição dos professores para trabalhar em parceria, é necessário à mudança de perspectiva por parte da comunidade escolar.

Percebemos que ambos os professores tinham conhecimentos teóricos sobre a Educação Inclusiva, fator considerado positivo. Neste sentido, acreditamos que a Educação Física não precisa estar vinculada as antigas concepções que, por suas características técnicas, acabam por impedir a participação de alunos com deficiência. Também destacamos que para efetivação da inclusão nas aulas de Educação Física, as atitudes destes profissionais não podem ser associadas somente a área de concentração, mas a diferentes fatores e recursos disponíveis na escola, dentre eles o Atendimento Educacional Especializado.

Consideramos como positivo o diálogo entre esses profissionais, mesmo que em conversas informais, pois estas se configuram como uma iniciativa na busca de estratégias visando o desenvolvimento do aluno com deficiência. Diante do cotidiano escolar e da rotina dos professores, fica nítido a dificuldade para encontrar mecanismos de estruturação para planejamento de forma formal e sistemática.

Sendo assim, a delimitação dos objetivos tanto do Atendimento Educacional Especializado quanto da Educação Física devem ser definidos de maneira contínua, considerando as experiências vivenciadas e respeitando as particularidades de cada aluno. Por fim, acreditamos que ambas poderão contribuir para efetivação de uma Educação de fato Inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Agência de Fomento: CAPES/FAPEAL

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
2. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Brasília: MEC, 2009.
4. BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/CNE, 1996
5. BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/decreto_7.611_2011..pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2012.
6. BATISTA, C. A. M.; FERNANDES, A. C.; FIGUEIREDO, R. V. GOMES, A. L. L; MANTOAN, M. T. E; SALUSTIANO, D. A (2007). Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC/SEESP.
7. BUENO, J.G.S (2012). A inclusão de alunos deficientes na classe comum do ensino regular. Temas sobre desenvolvimento. In: A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação.
8. CAPELLINI, V. L. M. F (2004). Avaliação das Possibilidades do Ensino Colaborativo no Processo de Inclusão Escolar do Aluno com Deficiência Mental. São Carlos/SP: UFSCAR. Tese de Doutorado em Educação. Disponível em: www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php. Acesso em 19 de Junho de 2012.
9. DARIDO, S. C; RANGEL, I. C (2011). A. Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica; 2 ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
10. FLICK, U (2009). Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.
11. FRANCO, M. L. P. B (2009). Análise de conteúdo. 2. ed. Brasília: Líber livro.
12. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M (2001). Metodologia do Trabalho Científico. 6. ed. São Paulo, Atlas.
13. RODRIGUES, D (2003). A educação física perante a educação inclusiva: reflexões Conceptuais e metodológicas da educação física. /UEM Maringá, v. 14, n. 1.
14. RODRIGUES, D (2006). Dez Ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, Davi. (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, p. 299-318.
15. SANTOS, G. C. S; COSTA, M. S. L; PINTO, S. L; RIBEIRO, R. R. P. C (2012). Atendimento educacional especializado e as ações Didáticas desenvolvidas pelos professores: reflexões Iniciais. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP – Campinas.
16. SOLER, Reinaldo (2005). Educação Física Inclusiva: em busca de uma escola plural. Editora Sprint: Rio de Janeiro.
17. STAINBACK, S.; STAINBACK, W (1999) Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas.